

Ipea prevê fim da recessão este ano, com crescimento de até 2%

A recessão do Governo Collor deve ser interrompida este ano, quando o Produto Interno Bruto (PIB) poderá crescer até 2%, segundo previsão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No ano o PIB teve uma queda de 4,3%, superada apenas, nos últimos anos, pela de 4,4% de 1981, a pior crise econômica da História do País.

O Grupo de Acompanhamento Conjuntural do Ipea fez a previsão de expansão do PIB com base no desempenho recente da produção industrial, que cresceu significativamente até julho. Mas não levou em conta as recentes medidas monetárias, que poderão produzir nova retração.

Devido à greve do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a última informação divulgada pela instituição é relativa à produção industrial de abril. Por isso, o Ipea tomou como base os dados do Indicador de Nível de Atividade (INA), divulgado mensalmente pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que inclui também horas trabalhadas na produção, consumo de energia elétrica e valor das vendas reais. O INA

cresceu 18,7% de fevereiro a abril, confirmado a rápida saída da recessão já detectada no índice do IBGE.

A recuperação estendeu-se até maio, quando o crescimento foi de 0,6%, e estabilizou-se em junho. Mas com base nos indicadores sobre absorção de mão-de-obra, a previsão é de que tenha havido novo significativo crescimento da produção em julho. Segundo a pesquisa semanal da Fiesp sobre emprego, houve crescimento de 0,94% em julho. Os resultados preliminares da pesquisa feita pela Federação do Comércio de São Paulo também indicam um crescimento de 11% das vendas no mês passado.

E possível, no entanto, que prossiga a tendência de queda do saldo comercial, porque o aquecimento da economia desvia para o mercado interno parte da produção exportada. Se mantida, contribuirá também a queda da taxa de câmbio real, de 3,2%. Isso deveu-se ao fato de a inflação medida pelo Índice de Preços por Atacado (IPA) (deflator da taxa de câmbio), ter sido superior à TR, que rege a desvalorização do cruzeiro.

Langoni: estatização agravou pobreza

25-3-91

A participação excessiva do Estado na economia da América Latina e Caribe, sobretudo na década de 80, foi a principal causa do empobrecimento dos países da região, que passaram a ter renda per capita inferior à de nações asiáticas. A afirmação é do Professor Carlos Langoni, Diretor do Centro de Economia Mundial da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, citando dados divulgados no Informe de Desenvolvimento Mundial - 1991, do Banco Mundial.

Langoni observa que nos últimos dez anos os países da América Latina e Caribe tiveram queda de 0,4% na renda per capita, enquanto os asiáticos tiveram crescimento de 3%. De 1973 a 80, a renda da América Latina aumentara 2,5%, contra 1,7% dos países asiáticos. Segundo o Professor, os países asiáticos sofreram problemas econômicos semelhantes aos da América Latina, mas souberam realizar os ajustes necessários. Ele observa que, enquanto a América Latina deixou de investir em edu-



Langoni: Estado deve ser menor

cação, saúde e segurança, os asiáticos duplicaram seus investimentos nessas áreas:

— No Brasil, por exemplo, o Estado controlou o setor privado, mas esqueceu do setor público, ao deixar de investir em educação, saúde e segurança.